



Zurich Brasil Companhia de Seguros
CNPJ: 96.348.677/0001-94



continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021** (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10. Despesas antecipadas
Referem-se ao pagamento da Taxa de Fiscalização SUSEP. A apropriação está sendo realizada mensalmente.

Descrição	Amortizações e Baixas		2021	2020
	2020	2021		
Seguros	6	1.059	(889)	176
Total	6	1.059	(889)	176

Descrição	Amortizações e Baixas		2019	2020
	2019	2020		
Seguros	59	—	(53)	6
Total	59	—	(53)	6

11. Custo de aquisição diferido
a) **Premissas e prazos de deferimento:** Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de deferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. b) **Discriminação:**

Descrição	Amortizações e Baixas		2021	2020
	2020	2021		
Comissões	—	—	4	256
Agenciamento	—	—	—	12.539
Pró-labore - Comissionamento	5.949	24.440	—	—
Total	5.953	37.235	4	256

Descrição	Amortizações e Baixas		2020	2021
	2020	2021		
Seguros	37.235	281.959	(313.241)	5.953
Total	37.235	281.959	(313.241)	5.953

Descrição	Amortizações e Baixas		2019	2020
	2019	2020		
Seguros	48.922	72	(11.759)	37.235
Total	48.922	72	(11.759)	37.235

12. Depósitos judiciais e fiscais
A tabela abaixo demonstra a movimentação dos depósitos judiciais e fiscais.

Descrição	Atualizações		2021	2020
	2020	2021		
Sinistros	190	6	196	—
Fiscais	673	7	680	—
Trabalhistas	—	—	—	54
Total	863	13	879	54

Descrição	Atualizações		2020	2021
	2019	2020		
Sinistros	186	4	190	—
Fiscais	668	5	673	—
Trabalhistas	54	—	54	—
Total	908	9	917	—

13. Imobilizado
A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo imobilizado.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2020	Depreciação no Exercício em 2021	Saldo em 2021	Custo de Aquisição em 2021	Depreciação Acumulada em 2021	Valor Residual em 2021
Hardware	5	323	(323)	—	2.211	(2.211)	—
Telecomunicações	5	3	(3)	—	492	(492)	—
Móveis, máquinas e utensílios	10	38	(38)	—	1.296	(1.296)	—
Benefícios em imóveis de terceiros (*)	—	—	—	—	1.697	(1.697)	—
Total	—	364	(364)	—	5.696	(5.696)	—

(*) Em função da aquisição e transferência para Zurich Minas Brasil, houve a baixa integral das benfeitorias.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2019	Depreciação no Exercício em 2020	Saldo em 2020	Custo de Aquisição em 2020	Depreciação Acumulada em 2020	Valor Residual em 2020
Hardware	5	432	(109)	323	2.211	(1.888)	323
Telecomunicações	5	39	(35)	4	492	(489)	3
Móveis, máquinas e utensílios	10	57	(20)	37	1.296	(1.258)	38
Benefícios em imóveis de terceiros (*)	—	—	—	—	1.697	(1.697)	—
Total	—	528	(164)	364	5.696	(5.331)	364

14. Intangível
A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo intangível.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2019	Amortização no Exercício em 2020	Saldo em 2020	Custo de Aquisição em 2020	Amortização Acumulada em 2020	Valor Residual em 2020
Desenvolvimento de sistemas	5	80	(80)	—	9.181	(9.181)	—
Canal de distribuição (i)	5	—	—	—	14.203	(14.203)	—
Total	—	80	(80)	—	23.384	(23.384)	—

(i) Investimentos efetuados em canais de distribuição para exploração de canal de venda.

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual em 2019	Amortização no Exercício em 2020	Saldo em 2020	Custo de Aquisição em 2020	Amortização Acumulada em 2020	Valor Residual em 2020
Desenvolvimento de sistemas	5	160	(80)	80	9.181	(9.101)	80
Canal de distribuição (i)	5	533	(533)	—	14.203	(14.203)	—
Total	—	693	(613)	80	23.384	(23.304)	80

(i) Investimentos efetuados em canais de distribuição para exploração de canal de venda.

15. Obrigações a pagar

	2021	2020
Fornecedores	3.910	3.942
Dividendos	—	2.450
Outras Obrigações	910	—
Total	4.820	6.392

16. Impostos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
IRRF Terceiros	201	243
ISS retido	(75)	(69)
IOF	580	1.284
INSS	1	1
Outros	4	58
Total	711	1.517

17. Impostos e contribuições

	2021	2020
Imposto de renda	1.179	4.053
Contribuição social	781	2.446
IR/CS s/ MTM	(866)	463
Outros	644	393
Total	1.738	7.355

18. Corretores de seguros e resseguros
Referem-se a provisão para pagamento de comissões e pro labore a corretores e estipulantes de seguro R\$ 372 (R\$ 1.174 em 2020).

19. Outros débitos operacionais

	2021	2020
Agentes e correspondentes	630	1.232
Estipulantes de seguros	468	6.195
Outros débitos	1.804	1.643
Total	2.902	9.070

20. Depósitos de terceiros
O saldo de depósitos de terceiros é composto conforme abaixo:

	2021	2020
Cobrança antecipada de prêmios	3.066	2.870
Total	3.066	2.870

A seguir é apresentado o "aging" dos depósitos de terceiros.

	2021	2020
Aging - depósitos de terceiros		
Pendente entre 1 e 60 dias	—	1.352
Pendente entre 61 e 120 dias	102	18
Pendente entre 121 e 180 dias	64	—
Pendente entre 181 e 365 dias	1.189	87
Pendente acima de 365 dias	1.711	1.413
Total	3.066	2.870

21. Provisões técnicas - seguros
a) **Saldos:** A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos		Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados		Provisão de Despesas Relacionadas		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Pessoas Individual	1.043	509	197	87	87	1.836	
Patrimonial	7.523	727	552	153	8.955	—	
Pessoas Coletivo	6	774	1.107	222	2.109	—	
Outros	—	2.755	35	89	2.879	—	
Total	8.572	4.765	1.891	551	15.779	—	

b) **Movimentação**
A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões técnicas durante o período.

Provisões Técnicas	Saldo em 2020		Const. e Reversões		Pagamentos Efetuados		Saldo em 2021
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	36.742	331.769	(359.940)	—	—	8.571	
Provisão de sinistros a liquidar	9.165	527.773	(521.855)	(10.318)	—	4.765	
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	5.187	34.106	(37.401)	—	1.892	—	
Provisão de despesas relacionadas	2.026	8.212	(7.855)	—	(1.832)	551	
Total	53.120	901.860	(927.051)	(12.150)	15.779	53.120	

22. Desenvolvimento de sinistros
O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro	Administrativos					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro	237.157	116.599	106.786	32.121	9.445	4.605
No Final do Período	237.157	116.599	106.786	32.121	9.445	4.605
Um ano depois	247.726	126.412	116.810	33.510	9.775	—
Dois anos depois	250.089	132.306	115.969	33.969	—	—
Três anos depois	251.252	133.238	—	—	—	—
Quatro anos depois	251.341	—	—	—	—	—
Cinco anos depois	—	—	—	—	—	—
Diferença Estimativa Inicial	14.184	16.639	9.396	1.848	330	—
Estimativa Acum.	251.341	133.238	116.182	33.969	9.775	4.605
Pagamentos Acum.	(251.294)	(133.237)	(115.822)	(33.956)	(9.756)	(4.319)
PSL	47	1	360	13	19	286

23. Apuração do imposto de renda e contribuição social
a) **Apuração do imposto de renda**

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos Impostos e Participações	5.942	25.866	5.942	25.866
Juros sobre o Capital Próprio	—	(2.881)	—	(2.881)
Resultado antes dos Impostos	5.942	22.985	5.942	22.985

24. Sinistros judiciais
A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

Período	Quantidade		Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Até 1 ano	29	20	20	20	20	20
1 a 3 anos	54	99	99	99	99	99
3 a 7 anos	67	304	304	301	301	301
mais de 7 anos	13	2.007	2.007	2.001	2.001	2.001
Total	163	2.430	2.430	2.421	2.421	2.421

25. Patrimônio líquido
a) **Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado no valor de R\$ 207.028 em dezembro de 2021 (R\$ 207.028 em dezembro de 2020), é representado por 909.710.772 em 2021 (909.710.772 em 2020) ações ordinárias. b) **Juros sobre o capital:** Em 2021 foram provisionados juros sobre o capital no montante de R\$ 0 em 2021 (R\$ 1.245 em 2020). c) **Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido:** A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data-base de 2020 e 2019, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP nº 343/2016, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

Período	Quantidade		Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Até 1 ano	57	283	283	283	283	283
1 a 3 anos	144	1.245	1.245	1.238	1.238	1.238
3 a 7 anos	131	1.147	1.147	864	864	864
mais de 7 anos	—	1.784	1.784	1.777	1.777	1.777
Total	350	4.459	4.459	4.162	4.162	4.162

26. Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios Ganhos		Taxa de Sinistralidade		Taxa de Comissionamento	
	2021	2020	2021			



continuação

Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. São Paulo - SP. CNPJ: 96.348.677/0001-94. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram

elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

Anderson Gomes Ferreira da Silva

CNPJ 03.801.998/0001-11 Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909

Corporale Tower Torre Norte - 6º andar - conj. 61, Vila Nova Conceição,

CEP: 04543-907, São Paulo - SP



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Zurich Brasil Companhia de Seguros - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Run-off das atividades:** Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, para o fato de a Seguradora estar em processo de *run-off* de suas atividades. Por conseguinte, a Seguradora poderá depender de eventual suporte de seu acionista para honrar eventuais compromissos e assumir potenciais direitos no futuro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 a), em 3 de dezembro de 2021, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, firmados pela Seguradora eram de R\$15.780 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos

contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.15. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não avisadas e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Auditoria de valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Seguradora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Gilberto Bizzerra De Souza

Contador-CRC-RJ076.328/O-2



semináriosfolha

O Brasil precisa ser discutido.

Existem discussões que não podem mais ser adiadas. Com o propósito de contribuir com ideias para solucionar os maiores desafios do país, a **Folha de S.Paulo** está promovendo debates importantes sobre temas relevantes à nossa realidade. Todos abordados com a credibilidade, o criticismo e o pluralismo que caracterizam o jornal.

saúde

tecnologia

cultura

economia

meio ambiente

educação

agricultura

agronegócio

indústria

saneamento

sustentabilidade

e muito mais



Acesse o site
folha.com/seminariosfolha

FOLHA100

